

**TALITA
DADEIRANTE**

DEPUTADA ESTADUAL

40012

**NOSSAS
PROPOSTAS**



**O NOSSO
JEITO DE
DAMINHAR**



Sou vereadora em Taubaté e candidata a deputada estadual por São Paulo. Primeira mulher cadeirante eleita na história de Taubaté e também duas vezes a mulher mais votada. Sou professora e luto pelas pessoas com deficiência, pelo direito das mulheres e pela educação pública de qualidade. Fiscalizar e denunciar privilégio é o que sei fazer, e é isso que quero levar para a Assembleia Legislativa. Porque política também é lugar de gente como eu, de gente com a nossa cara. Esse é o nosso jeito de caminhar.

Estas propostas nascem das demandas colhidas na rua, na escuta ativa das pessoas, e leva para a Assembleia Legislativa de São Paulo as lutas construídas ao longo da nossa trajetória. São oito grandes eixos — compromissos concretos, com competência estadual, base no Vale do Paraíba e olhar para todo o Estado.

SAÚDE

A Constituição garante acesso universal e igualitário à saúde por meio do SUS, e cabe ao Estado o comando das redes de média e alta complexidade. Nossa atuação é por um sistema mais próximo, transparente e reestruturado — que encurte filas e distâncias em vez de multiplicá-las.



São Paulo tem 17 Departamentos Regionais de Saúde, mas a regulação de vagas pelo Sistema Cross ainda é centralizada, forçando pacientes a grandes deslocamentos. A Lei estadual 17.745/2023 já obriga a publicidade da fila de espera — falta cumpri-la de verdade.

Reestruturação e transparência do Cross

- ◆ Defender a reestruturação do Sistema Cross, para garantir um atendimento mais ágil e humanizado, priorizando que o paciente seja atendido o mais próximo possível de sua residência.
- ◆ Cobrar o cumprimento integral da Lei 17.745/2023, com publicidade real da ordem das filas de exames, consultas e cirurgias, para que cada pessoa saiba sua posição e o tempo de espera.

Acesso e cuidado

- ◆ Fiscalizar o desempenho e a aplicação de recursos nos Departamentos Regionais de Saúde, aproximando os serviços das necessidades de cada município.
- ◆ Garantir recursos para mutirões de exames e cirurgias.
- ◆ Defender a ampliação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança nas maternidades públicas e conveniadas ao SUS no Estado, com apoio técnico e financeiro para o cumprimento dos Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno, e enfrentar a violência obstétrica com notificação obrigatória, formação continuada das equipes e responsabilização.
- ◆ Defender a ampliação da oferta de neuropediatra nos municípios e a criação e o custeio de equipes multiprofissionais regionalizadas de diagnóstico e intervenção precoce para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com tempo máximo de espera.
- ◆ Contribuir para a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, assegurando universalidade, integralidade e equidade.
- ◆ Defender a criação e o custeio de ambulatorios de saúde mental e o fortalecimento contínuo dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- ◆ Defender a ampliação das Práticas Integrativas e Complementares na rede estadual, reconhecendo-as como cuidado em saúde.

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência asseguram direitos que ainda não se traduzem em realidade. Nosso mandato existe para transformar direito formal em direito vivido — por meio da inclusão, da acessibilidade, da participação social e do esporte como caminho de autonomia e pertencimento.



Cerca de 3 milhões de pessoas têm alguma deficiência no Estado de São Paulo (Censo 2022, IBGE). No Brasil, são 14,4 milhões — 7,3% da população.

Inclusão e cuidado

- ◆ Defender o fortalecimento das políticas de proteção social, saúde e educação da pessoa com deficiência, com defesa intransigente do BPC e das tecnologias assistivas.
- ◆ Lutar pela ampliação das unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro no interior e no Vale do Paraíba, aproximando o atendimento especializado de quem hoje percorre longas distâncias.
- ◆ Propor e defender a criação do Registro Geral estadual da Pessoa com Deficiência, eliminando burocracia e garantindo acesso prioritário e irrestrito aos direitos previstos em lei.

Acessibilidade

- ◆ Defender que a remoção de barreiras arquitetônicas e urbanísticas seja prioridade no planejamento dos espaços públicos, garantindo o direito à cidade. Ruas, calçadas, praças e outros espaços públicos com acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- ◆ Lutar pela acessibilidade comunicacional — Libras, audiodescrição e tecnologias assistivas — nos serviços e na comunicação do Estado.
- ◆ Garantir mais recursos para tecnologia assistiva, órteses, próteses, aparelhos auditivos, cadeiras de roda e de banho.

Esporte como inclusão

- ◆ Fomentar o paradesporto como política pública de inclusão, destinando recursos e emendas para o fortalecimento de paratletas e clubes de esporte adaptado.
- ◆ Defender a estruturação de polos regionais de esporte adaptado e a acessibilidade plena nos equipamentos esportivos públicos do Estado.

Participação social

- ◆ Apoiar o fortalecimento dos conselhos e entidades da pessoa com deficiência e a formação de novas lideranças do segmento para atuação qualificada nos espaços de decisão.

EDUCAÇÃO

Direito à educação é direito à cidadania. A educação pública, inclusiva e de qualidade é dever do Estado e não existe sem a valorização de quem a faz acontecer: o professor. Defendemos escolas dignas, ambientes de aprendizagem adequados e uma carreira que respeite o magistério.



No estado mais rico do país, professores da chamada carreira antiga têm salário-base inferior ao piso nacional do magistério (R\$ 4.867,77 em 2025). A diferença é paga como “abono”, que não se incorpora à carreira nem conta para a aposentadoria.

Escolas dignas e valorização docente

- ◆ Lutar pela real valorização do professor, com um novo plano de carreira construído por meio de diálogo e negociação com os profissionais do magistério e retorno do direito às faltas abonadas.
- ◆ Cobrar do Estado um programa efetivo de climatização e conforto térmico das escolas, enfrentando um problema que afeta diretamente a aprendizagem.
- ◆ Cobrar da Seduc-SP a criação de um protocolo antirracista próprio, com fluxo claro de identificação, acolhimento e encaminhamento de casos de racismo nas unidades de ensino, capacitando toda a equipe escolar, não só professores.



São Paulo tem o menor percentual de salas de aula climatizadas do país — apenas 12,4% (Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025). Em dias de calor extremo, alunos e professores adoecem dentro da própria escola.

Educação inclusiva e acesso

- ◆ Defender uma educação cada vez mais inclusiva, com respeito às diversidades e formação continuada dos profissionais.
- ◆ Cobrar a oferta e a garantia de professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em número suficiente na rede estadual, com salas de recursos multifuncionais e apoio efetivo à inclusão dos estudantes com deficiência.
- ◆ Apoiar a política estadual de cotas raciais e para pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior, técnico e profissionalizante.
- ◆ Defender a ampliação de vagas para acabar com às filas de espera nas creches e nas escola de tempo integral.

SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança pública não se resolve nem só com discurso duro nem só com prevenção. Exige polícia em número suficiente, bem paga e bem treinada, investigação que chegue ao autor do crime e cooperação entre os municípios. O Vale do Paraíba é hoje a trincheira desse problema no Estado, e enfrentá-lo é uma questão de seriedade — não de palanque sobre a dor das famílias.



O Vale do Paraíba é a região mais violenta do Estado de São Paulo desde 2010. Entre as cem maiores cidades paulistas, sete das dez com maior taxa de homicídio estão aqui: Lorena, Cruzeiro, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Caçapava, Pindamonhangaba e Ubatuba.

Polícia Militar: efetivo e valorização

- ◆ Defender a ampliação do efetivo da Polícia Militar, com concursos regulares e dimensionamento que considere não apenas a população fixa, mas o fluxo turístico do litoral e da serra.
- ◆ Lutar pela valorização salarial e pela recomposição das perdas dos policiais militares, com plano de carreira, condições dignas de trabalho e atenção à saúde mental da tropa.
- ◆ Cobrar investimento permanente em formação continuada, equipamento e viaturas, com distribuição equilibrada do efetivo entre a capital e o interior.

Polícia Civil: investigar para prevenir

- ◆ Defender o aumento do número de delegados e agentes da Polícia Civil, com concurso e fixação nas cidades menores, hoje descobertas.
- ◆ Lutar por infraestrutura de investigação — perícia, laboratório, informática forense e sistemas integrados —, porque crime que não é investigado é crime que se repete.
- ◆ Defender a criação e o custeio de núcleos regionais de inteligência policial, para que a Polícia Civil trabalhe com dados e não apenas com boletim de ocorrência.

Polícia Penal

- ◆ Defender a ampliação do efetivo e a valorização da carreira da Polícia Penal, com condições de trabalho, segurança e atenção à saúde do servidor.
- ◆ Cobrar contrapartidas do Estado para os municípios que sediam unidades prisionais — como Tremembé, Taubaté, Potim que abrigam um complexo de penitenciárias —, compensando a sobrecarga imposta à segurança, à saúde e aos serviços públicos locais.

Cinturão de proteção e inteligência integrada

- ◆ Defender a criação de um cinturão regional de videomonitoramento, com câmeras de leitura automática de placas nas entradas e saídas das cidades e nos principais eixos rodoviários, financiado pelo Estado.
- ◆ Lutar pela integração dos sistemas de câmeras municipais, das guardas municipais e das polícias estaduais em uma central regional única de inteligência, com protocolo de compartilhamento de dados entre os municípios.
- ◆ Cobrar que a tecnologia venha acompanhada de regra: transparência, controle e proteção de dados, para que o monitoramento sirva à investigação e não à perseguição de quem já é vulnerável.

Combate ao racismo estrutural e religioso

- ◆ Lutar pela descentralização da Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância), hoje restrita à capital, com postos regionais no Vale do Paraíba para atendimento a vítimas de racismo e de intolerância religiosa.
- ◆ Defender a proteção aos terreiros e às religiões de matriz africana contra a intolerância religiosa, com canais de denúncia acessíveis e campanhas de conscientização nos municípios da região.

SEGURANÇA PÚBLICA

A violência contra a mulher tem raiz na misoginia e no machismo que ainda estruturam a nossa sociedade. Enfrentar essa cultura é dever de todos os Poderes. Defendemos redes de proteção, acolhimento e autonomia, e políticas públicas construídas com as mulheres, em toda a sua diversidade de vivências.



São Paulo registrou 141 feminicídios só no 1º semestre de 2026 — o maior número da série histórica, com alta de 10% sobre 2025. No mesmo período, os descumprimentos de medidas protetivas cresceram 23%.

Proteção e enfrentamento à violência

- ◆ Defender o fortalecimento da rede de apoio às mulheres vítimas de violência, integrando saúde, assistência social e acompanhamento psicossocial.
- ◆ Lutar pela ampliação do número de Delegacias de Defesa da Mulher nos municípios e pela garantia do atendimento 24 horas, como determina a Lei federal nº 14.541/2023, com orçamento para plantão, equipe de investigação e capacitação contínua das equipes.
- ◆ Cobrar o aprimoramento e o cumprimento da Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher nos serviços de urgência e emergência.
- ◆ Defender o monitoramento eletrônico (tornozeleira) obrigatório dos agressores submetidos a medida protetiva, custeado pelo próprio agressor sempre que houver condições financeiras, com central de acompanhamento permanente, alerta imediato à mulher e à polícia em caso de aproximação e integração com as guardas municipais.

Autonomia e participação

- ◆ Defender programas de emancipação financeira e de incentivo à empregabilidade das mulheres, especialmente mães chefes de família.
- ◆ Construir políticas públicas com a participação das mulheres em sua diversidade e defender o fortalecimento dos conselhos de direitos da mulher.

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

O princípio da dignidade humana assegura a toda pessoa um espaço de integridade pela sua simples existência. Numa democracia, o reconhecimento formal e material dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ exige ações positivas do Estado — contra a discriminação e por acesso pleno a direitos.



O Brasil lidera o ranking mundial de mortes por LGBTfobia: foram 257 mortes violentas de pessoas LGBT+ em 2025 — uma a cada 34 horas — e São Paulo está entre os estados com mais casos. As violências que não chegam à morte cresceram 52% entre 2023 e 2024.

Educação e cultura de respeito

- ◆ Defender a formação continuada dos profissionais de educação para lidar com a diversidade sexual e de gênero, orientando o exercício do respeito no ambiente escolar.
- ◆ Apoiar e aprimorar as políticas públicas estaduais voltadas às demandas da comunidade LGBTQIAPN+.

Acesso a direitos e à saúde

- ◆ Defender a ampliação da parceria com a Defensoria Pública para atendimento a casos de discriminação homofóbica e transfóbica, com postos no Vale do Paraíba.
- ◆ Lutar pela descentralização do atendimento especializado, com novas unidades do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais no interior do Estado.
- ◆ Combater o preconceito no atendimento dos equipamentos públicos e defender conselhos que tratem das pautas dos grupos mais vulneráveis.

MEIO AMBIENTE

Cuidar do meio ambiente é urgente — e é também justiça social, porque são os mais vulneráveis os primeiros a sofrer com enchentes, deslizamentos e ondas de calor. Defendemos um Estado preparado para a emergência climática, com prevenção, transparência e cidades mais verdes e resilientes.



Em três décadas (1991–2024), os desastres climáticos mataram quase 5 mil pessoas e custaram ao menos US\$ 123 bilhões ao Brasil. No litoral norte de São Paulo, as chuvas de 2023 deixaram cerca de 60 mortos — e os eventos extremos só se tornam mais frequentes e intensos.

Adaptação e prevenção climática

- ◆ Cobrar do Estado políticas de prevenção e adaptação à emergência climática, com apoio técnico e financeiro aos municípios para obras de drenagem e contenção de enchentes e deslizamentos.
- ◆ Exigir transparência nas ações de poda e supressão de árvores e defender o reflorestamento urbano e a arborização das cidades.

Resíduos e economia sustentável

- ◆ Defender o fortalecimento da coleta seletiva e das cooperativas de catadores, que unem geração de renda e limpeza urbana.
- ◆ Defender políticas de incentivo ambiental, como programas de IPTU Verde e apoio a energias limpas e à mobilidade sustentável.
- ◆ Defender a educação ambiental na rede estadual de ensino, formando uma geração consciente da sua responsabilidade com o planeta.

CULTURA

A cultura é direito do cidadão, expressão da identidade de um povo e também motor de economia e trabalho. Defendemos uma política cultural que valorize os artistas, democratize o acesso e reconheça a cultura como investimento — não como despesa.



São Paulo concentra 20,6% dos trabalhadores da cultura do Brasil — 1,6 milhão de pessoas. A economia criativa já responde por 5,2% do PIB paulista, cerca de R\$ 136,6 bilhões.

Fomento e valorização

- ◆ Defender e ampliar os programas estaduais de fomento à cultura, como o ProAC, garantindo previsibilidade e distribuição regional dos recursos para além da capital.
- ◆ Defender o fortalecimento da economia criativa e do terceiro setor cultural como política de geração de emprego e renda, com apoio a coletivos, artistas e produtores independentes.
- ◆ Defender a criação do ICMS Cultural em São Paulo, com indicadores culturais no rateio da cota-parte do ICMS aos municípios, premiando quem preserva seu patrimônio e mantém conselho, fundo e política municipal de cultura em funcionamento.
- ◆ Defender o reconhecimento e o fortalecimento das expressões culturais — como Viola caipira, e de matriz africana e afro-brasileira — como o jongo, a capoeira, o moçambique, a congada e o maracatu —, com apoio a mestres e mestras de tradição, aos grupos e terreiros que as mantêm vivas, e ao registro dessas manifestações como patrimônio imaterial do Vale do Paraíba.

Acesso, memória e identidade

- ◆ Lutar pela ampliação do acesso à cultura no interior e no Vale do Paraíba, levando programação e editais aos municípios historicamente distantes das políticas culturais.
- ◆ Defender a valorização do patrimônio histórico, artístico e das manifestações culturais populares, reconhecendo festas e tradições como parte da identidade paulista.
- ◆ Apoiar a cultura como ferramenta de inclusão e defender a acessibilidade nos equipamentos e eventos culturais do Estado.

012 ✨ É O DEP

Nossa gente, nosso território. Mais que um código de área, o 012 é identidade. Este eixo reúne as pautas específicas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e da Serra da Mantiqueira, para que os investimentos e as políticas do Estado cheguem à nossa região com a prioridade que ela merece — do serviço de saúde à juventude da periferia.



Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira movimentam cerca de 41 milhões de turistas e R\$ 35 bilhões por ano — uma das regiões mais estratégicas de São Paulo, que precisa de serviços públicos à altura da sua importância.

Cooperação regional e consórcios públicos

- ◆ Defender a regionalização dos serviços públicos por meio de consórcios intermunicipais — a exemplo do Codivap, que reúne dezenas de municípios do Vale —, somando forças para soluções conjuntas a problemas complexos, dos serviços de saúde ao saneamento básico e à infraestrutura.
- ◆ Cobrar apoio técnico e financeiro do Estado aos consórcios regionais, ampliando escala e reduzindo custos em áreas como saúde especializada, resíduos sólidos, saneamento, habitação e mobilidade.

Educação e juventude trabalhadora

- ◆ Defender a oferta e a qualidade do ensino médio noturno na região, atendendo aos jovens e adultos que trabalham durante o dia, com estrutura adequada, transporte e condições de permanência.
- ◆ Cobrar a ampliação de vagas em cursos de nível superior, técnicos e profissionalizantes (Etecs e Fatecs) alinhados à vocação industrial, turística e ambiental da região.

Habitação

- ◆ Defender a ampliação da oferta de moradia popular na região, com investimento do Estado e da CDHU em novas unidades habitacionais e em regularização fundiária, priorizando as famílias que vivem ou foram removidas de áreas de risco.
- ◆ Lutar pela implementação da assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social, prevista na Lei federal nº 11.888/2008, garantindo projeto de arquitetura e engenharia às famílias de baixa renda que constroem ou reformam a própria casa — com acessibilidade pensada desde o projeto, e não como adaptação depois.

Natureza, turismo e economia

- ◆ Defender o turismo sustentável da região — serra, litoral e cidades históricas — como vetor de emprego e renda, aliado à preservação ambiental.
- ◆ Lutar pela proteção dos mananciais e da Mata Atlântica da Serra da Mantiqueira e da Serra do Mar, patrimônios naturais da nossa região.

Juventude, esporte e cultura popular

- ◆ Apoiar os esportes urbanos, radicais e de aventura — skate, surfe, mountain bike, rafting e afins — com pistas, equipamentos e fomento a atletas, reconhecendo-os como lazer, inclusão da juventude e vetor de turismo esportivo na serra e no litoral.
- ◆ Fomentar o hip-hop e seus elementos (MC, DJ, break e grafite) como política pública de cultura, com editais, espaços e formação para a juventude das periferias da região.
- ◆ Valorizar o carnaval de rua e os festivais de marchinhas como patrimônio cultural e vetor de turismo e renda — a exemplo do carnaval de São Luiz do Paraitinga, um dos mais tradicionais do país —, com apoio do Estado aos blocos, bandas e escolas de samba e com editais e calendário que deem previsibilidade a quem organiza.

**"FALO QUERENDO ENTENDER,
TANTO PARA ESPALHAR O
SABER E FAZER VOCÊ PERCEBER
QUE HÁ SEMPRE UM MUNDO,
APESAR DE JÁ DOMINADO,
HÁ SEMPRE UM MUNDO PRA
GENTE FAZER.**

**UM MUNDO NÃO ACABADO,
UM MUNDO FILHO NOSSO,
COM A NOSSA LUTA"**

**—
EMÍLIA**